



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
N.º 38/2009

(Complementa a Resolução Consepe nº 27/2017, de 06 de dezembro de 2017)

Dispõe sobre a criação do Curso de Especialização *Lato Sensu* Gestão Pública Municipal (Modalidade EaD) no âmbito da UFT.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 07 de outubro de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a a criação do Curso de Especialização *Lato Sensu* Gestão Pública Municipal (Modalidade EaD) no âmbito da UFT.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 07 de outubro de 2009.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UAB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO
LATO-SENSU: ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (modalidade à distância).**

Palmas – TO, outubro de 2009

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Nome do Curso

Especialização em Gestão Pública Municipal.

1.2 Unidade Acadêmica

Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

1.3 Grande Área e Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas – Administração Pública.

1.4 Coordenador

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues

Telefones e e-mail: (63) 3232-8160 / 8177 / waldecy@terra.com.br

2 OBJETIVOS DO CURSO

2.1 Objetivo Geral

Capacitar profissionais para atuar na área da gestão pública municipal a fim de intervirem na realidade social, política e econômica de forma transformadora.

2.2 Objetivos Específicos

- I . Capacitar quadro de gestores, para atuarem na administração de macro (governo);
- II . Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas;
- III . Contribuir para que o gestor público desenvolva estratégias de melhoria nas atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado

Nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Diante desse panorama, justifica-se a presente especialização na área da saúde, área esta que tem como apanágio os princípios do Sistema Único de Saúde visando à melhora da qualidade de vida da população. No Estado do Tocantins a produção de práxis na área da saúde vem se consolidando nos últimos cinco anos, período este de grande significado para o Estado, porém requer articulação na produção de conhecimento no âmbito nacional, proposta

ora descrita.

4 METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal será ofertado na modalidade à distância. A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas, ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e amoldando a modalidade, dando-lhe uma cara própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Este curso nessa modalidade utilizará como metodologia, na vídeo-aula, as seguintes técnicas: - vídeo-aula expositiva; - entrevistas; - enquetes; - utilização de filmes; - material didático impresso; - entre outras; e nas aulas presenciais técnicas como: - aula expositiva; - dinâmica de grupos; - seminários; - entre outras técnicas que se fizerem necessárias a cargo do docente e da disciplina.

4.1 A Organização do Sistema de Ead.

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por um outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao

tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

- I . *O estudante*: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- II . *Professores autores*: responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- III . Professores “especialistas”: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- IV . Professores pesquisadores;
- V . *Tutores/Orientadores a distância*: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes via meios tecnológicos de comunicação (telefone, e-mail, teleconferência, etc)
- VI . *Tutores/Orientadores presencial*: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes nos pólos municipais de apoio presencial, quais sejam: Palmas e Araguaína.
- VII . *Equipe de apoio tecnológico e de logística*
- VIII . *O material didático*: o elo de diálogo do estudante com o autor, com o professor, com o tutor/orientador;
- IX . *O Núcleo/Centro/ Secretaria de Educação a Distância*: em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;
- X . *Pólos de Apoio Presencial*, onde se oferece ao cursista estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso.

Os alunos receberão material impresso de cada disciplina, que será acompanhado online pela Plataforma Moodle. Isto será combinado com encontros presenciais a cada dois meses, sendo que as avaliações (provas), quando necessárias, serão aplicadas presencialmente.

5 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

5.1 Público-alvo

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior que exercem atividades em órgãos públicos, ou de terceiro setor, ou que tenham aspirações a atuarem na área pública.

5.2. Carga Horária Total

420 h/a

5.3. Tipo de Ensino

Presencial Semi-Presencial À Distância

5.4. Periodicidade da Oferta

Anual Bianual Semestral Outra

5.5. Período de Realização

20/08/2009 a 20/11/2010 N° de meses:15meses

5.6. Número de Vagas

Ver planilha anexa

6 CONVÊNIO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO

Sim.

Não

7 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

7.1 Processo de Seleção

Requisitos: Ser portador de diploma de ensino superior; Análise do Currículo *Vitae*; Análise do plano Profissional. O plano profissional deve ter no mínimo uma lauda, explicitando os motivos de interesse pelo curso, correlacionando-os aos seus projetos de vida/profissional.

Local: Palmas - TO

Período: Julho/2009

7.2. Matrícula

Requisitos: Ter sido aprovado no processo de seleção.

Local: Palmas - TO

Período: Agosto/2009

7.3. Cronograma de Realização de Disciplinas

| Disciplina | Período | Local |
|---|----------------------------|--|
| Estado, Governo e Mercado | 20/08/2009 a 20/10/2009 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| O Público e o Privado na Gestão Pública | 20/08/2009 a 20/10/2009 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro | 20/08/2009 a 20/10/2009 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Políticas Públicas | 20/08/2009 a 20/10/2009 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Planejamento Estratégico Governamental | 21/10/2009 a 05/12/2009 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| O Estado e os Problemas Contemporâneos | 21/10/2009 a 05/12/2009 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Elaboração de Indicadores | 21/10/2009 a 05/12/2009 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Plano Plurianual e Orçamento Público | 01/02/2010 a 20/03/2010 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Comportamento Organizacional | 01/02/2010 a 20/03/2010 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Cultura e Mudança organizacional | 01/02/2010 a 20/03/2010 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Gestão Operacional | 21/03/2010 a 05/05/2010 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Gestão de Redes Públicas de Cooperação | 21/03/2010 a 05/05/2010 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |
| Gestão Logística | 21/03/2010 a 05/05/2010 | Palmas, Gurupi, Araguaína, Guaraí, Dianópolis, Araguaatins |

7.4 Período de realização do trabalho de conclusão do Curso/ Monografia

Ver cronograma anexo.

8 ESTRUTURA CURRICULAR

| Disciplinas | Carga Horária | | | Docente Responsável e Participantes | Titulação | IES onde atua |
|---|---------------|---------|-------|-------------------------------------|-----------|---------------|
| | T | P ou TP | Total | | | |
| Estado, Governo e Mercado | 30 | - | 30 | José Manoel Miranda | Mestre | UFT |
| O Público e o Privado na Gestão Pública | 30 | - | 30 | Alex Pizzio | Mestre | UNITINS |
| Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro | 30 | - | 30 | Kerley Batista Barbosa | Mestre | UFT |
| Políticas Públicas | 30 | - | 30 | Adriano Firmino | Doutor | UFT |
| Planejamento Estratégico Governamental | 30 | - | 30 | Elizabeth Menezes | Mestre | UFT |
| O Estado e os Problemas Contemporâneos | 30 | - | 30 | José Vandilo | Mestre | UFT |
| Elaboração de Indicadores | 30 | - | 30 | Adriano Paixão | Doutor | UFT |
| Plano Diretor e Gestão Urbana | 30 | - | 30 | Érika Kneib | Doutora | UFT |
| Gestão Tributária | 30 | - | 30 | Anna Paula Araújo | Mestre | IFET - TO |
| Gestão de Redes Públicas e Cooperação | 30 | - | 30 | Airton Cançado | Mestre | UFT |
| Gestão Democrática e Participativa | 30 | - | 30 | Élvio Quirino | Doutor | UFT |
| Gestão Logística | 30 | - | 30 | Júlio Menezes | Doutor | UFT |
| Elaboração e Avaliação de Projetos | 30 | - | 30 | Waldecy Rodrigues | Doutor | UFT |
| Processos Administrativos | 30 | | 30 | Marcos Dozza | Mestre | UFT |

9 DISCIPLINAS

As disciplinas estão divididas em dois módulos: o módulo básico que é comum as três especializações (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde); e um módulo específico para cada uma das especializações. O total de horas aula é 420.

9.1 Módulo Básico

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

| Ord. | Disciplina | C.H. |
|------|---|------|
| 1 | Estado, Governo e mercado | 30 |
| 2 | O Público e o Privado na Gestão Pública | 30 |
| 3 | Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro | 30 |
| 4 | Políticas Públicas | 30 |

| | | |
|---|--|-----|
| 5 | Planejamento Estratégico Governamental | 30 |
| 6 | O Estado e os Problemas Contemporâneos | 30 |
| 7 | Elaboração de Indicadores | 30 |
| - | TOTAL DE HORAS/AULA | 210 |

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

Nome da Disciplina: Estado, Governo e mercado

Carga horária: 30 h/a

Ementa: 1. Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas e liberais. 2. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” in: SADER, Emir (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo : Paz e Terra, 1996. pp. 9-23.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo?* 2ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa? pp. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. *Para além de esquerda e direita*. Trad. Alvaro Rattner. São Paulo : UNESP, 1996. Introdução pp. 9 -30.

HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O’DONNELL, G. (1981) “Anotações para uma teoria do Estado”. Revista de Cultura e Política, n°4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia : Revista

del CLAD. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo & Pedro P. Zahluth. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital” - pp. 87-115.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo : Ática, 1997. Vol 1. Cap. 6, “A democracia vertical”, pp.181-245.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 - A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa : Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo brasileiro, 1984. 386 p.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro : Graal, 1980. 307 p.

SANTOS, Wanderley G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo : Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp.67-117.

SARTORI, Giovanni. *Teoria democrática*. São Paulo : Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, pp. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo : Cia das Letras, 1992. Cap. 7, “Democracia e socialismo”, pp.141-165.

WEFFORT, Francisco. “Marx: política e revolução” in: WEFFORT, F. (Org.) *Os clássicos da política*. Vol. 2. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996. pp. 225-277.

Nome da Disciplina: O Público e o Privado na Gestão Pública

Carga horária: 30 h/a

Ementa: 1) A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e

organização; organizações públicas e organizações privadas; 2) O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público; 3) Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário; 4) As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades; 5) Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “ A grande dicotomia: público/privado”, pp. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. “O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução” in: *Revista Diálogo Jurídico*, nº 16, Salvador, 2007 [http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf]

MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. *Direitonet*, 2005. [<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>].

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. “Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças”. *RAP*, nº 40 vol. 4 , jul/ago 2006. pp. 679-98.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira, Carmen C. Varriale e

outros. Brasília : Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “ Estado, poder e governo”, pp. 53-133.

BORÓN, A. (2004) "Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática". Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível

BRESSER PEREIRA, L. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997. (Cadernos do Mare, 1)

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. “Da administração pública burocrática à gerencial”, *Revista do Serviço Público*. Brasília : ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. Responsabilidade Social Empresarial e Sociedade Política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2.

em: <http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro : Insight, 1995.

HARVEY, D. (2006) "Neoliberalismo como destruição criativa". *InterfaceHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. Disponível em:

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*.

Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores). http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *Do Espírito das Leis*. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2ª ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

OSZLAK: De menor a mejor: el desafío de la “segunda” reforma del Estado

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. RAE, FGV, Volume 45 - Número 1 - Janeiro-Março 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Trad. Lourdes Santos Machado. 4ª ed. São Paulo : Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In *República do capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, Boitempo,

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad.

Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed. Brasília : Editora UnB, 1994.

Nome da Disciplina: Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro

Carga horária: 30 h/a

Ementa: 1) Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. 2) Federalismo e governo de elites na primeira República; 3) Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945); 4) Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964); 5) Autoritarismo e redemocratização.

Bibliografia Básica:

ABRUCIO, Fernando L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo : HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, pp.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. “Do estado patrimonial ao gerencial” In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), *Brasil: Um Século de transformações*. S.Paulo: Cia. das Letras, 2001. pp. 222-259.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado : os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E. AZEVEDO, S. (Org.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília : UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. “Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994”, *DADOS*, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. 4ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap I e II, pp.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” pp. 83-104.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Maria H. T. “Federalismo e políticas sociais”. *Rev. bras. Ci. Soc*, 1995, vol.10, nº.28, pp. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. Cultura e poder nas organizações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A. & COUTO E SILVA, Mônica. *Federalismo e Regionalização dos Recursos Públicos*. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão No 369]

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964*. Trad. Gustavo F. G. Aranowick. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69. LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. "Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança". *Dados*, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. "O Coronelismo numa interpretação sociológica" in: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo : DIFEL, 1975. Tomo III - O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*, São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Nome da Disciplina: Políticas Públicas

Carga horária: 30 h/a

Ementa: 1) A análise de políticas públicas e seus problemas; 2) As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; 3) Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil; 4) Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas; 5) Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular; 6) Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais; 7) Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta T. S. "Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo". *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun. 1999, vol.14, no.40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília: *Revista do Serviço Público*, nº. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José

- Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas: Papirus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. Brasília: *Revista do Serviço Público*, nº. 1, jan-mar 2001.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Brasil: *O Sistema de Proteção Social e suas Transformações Recentes*. CEPAL: Projeto- Reformas de Políticas para Aumentar a Efetividade do Estado na América Latina. Julho de 1992.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. *Lua Nova*, nº. 31, 1993, p. 5-46.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. *Public Policy Analysis: An Introduction*. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. *Understanding Public Policy*. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. *Lua Nova*, nº. 40/41, 1997, p.193-215.
- FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. *Cadernos FUNDAP*. Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Brasília: IPEA, *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, nº. 23, jun 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. *Lua Nova*, nº. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: *Cadernos ENAP*, nº.13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. *Estudos Avançados (USP)*, vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. *Las Políticas Públicas*. Madrid: Ariel, 1992.
- MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. *Revista del CLAD: Reforma y Democracia*. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.
- MILANI, Carlos R.S. “Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política”. *Sociologias*, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. *Basic Methods of Policy Analysis and Planning*. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de Políticas Sociais*. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, pp. 15-44

SUBIRATS, Joan. *Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración*. Madr: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. *Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas*, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: *Revista de Sociologia e Política*, v.17, n.15, nov, 2000.

ROTH, André-Noël. Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria Do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, pp. 71-82, e cap. 5 “Acumulação e eqüidade na ordem autoritária brasileira”, pp. 83-123.

Nome da Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: -

Ementa: 1) Introdução ao Planejamento Estratégico; 2) Aspectos Gerais e Históricos; 3) O Desenvolvimento Planejado; 4) Evolução do Planejamento no Brasil; 5) Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental; 6) Plano Plurianual.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Paulo R. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*, 2004. (Mimeo)

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003

ETKIN, Jorge. *Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones*. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000

FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de . *Planejamento Estratégico na Prática*. SP: Atlas, 1995

LIMA, Blanca Olias de (coord). *La Nueva Gestión Pública*. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001

MATUS Carlos. *Adeus Senhor Presidente: governantes governados*. São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.

MATUS Carlos. *O método PES*. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.

MINTZEMBERG, Henry. *Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico*. São Paulo, Bookman Ed, 2004. p.183-256.

MINTZEMBERG, Henry. *Safári de Estratégia*. São Paulo: Bookman, 1999.

MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. *Gestión y Política Pública*, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia , práticas*. SP: Atlas, 1988

Bibliografia Complementar:

MATUS, Carlos. *Política planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. “Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro Nº40, VOL. 1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

Nome da Disciplina: O Estado e os problemas contemporâneos

Ementa: Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

Bibliografia Básica:

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São paulo: Cortez ; Brasília : UNESCO, 2001. Cap. 3, “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, pp.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) *O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Bibliografia Complementar: a ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

INSTITUTO DNA BRASIL. *50 brasileiros param para pensar a vocação do país*. São Paulo : Instituto DNA Brasil, 2005.

Nome da Disciplina: Elaboração de Indicadores

Carga horária: 30 h/a

Ementa: 1. Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais; 2. Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização; 3. Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores. 4. Indicadores brasileiros – bases de dados.

Bibliografia Básica:

GASPARINI, Liz V. L. *Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional*. Florianópolis : UFSC, 2003.

JANNUZZI, Paulo.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas : Alínea, 2001.

Bibliografia Complementar:

BOSCHILÉA, Emília c. *Produção e utilização de indicadores: conceito e método*. Curitiba : FGV-BSB, 1997.

CARDOSO, Regina L.S. *Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público*. São Paulo : CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. *Indicadores sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo .M. *Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas*. (trabalho apresentado no XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizados em Minas Gerais, 20-24 de setembro de 2005).

JANNUZZI, Paulo .M. “Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais” *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33.

MACHADO, Nelson. *Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental*. Brasília : ENAP, 2005.

TAKASHINA, N; FLORES, M. *Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados*. Rio de Janeiro : Quality Mark, 1997.

TIRONI, L.F.; SILVA, L.C.E.; VIANA, S.M. et al. *Critérios para a geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público*. Brasília : IPEA,/MEFP, 1991 (Texto para discussão nº238).

9.2 Área de Concentração: Gestão Pública Municipal

O módulo específico é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

| Ord. | Disciplina | C.H. |
|------|---------------------------------------|------|
| 01 | Plano Diretor e Gestão Urbana | 30 |
| 02 | Gestão Tributária | 30 |
| 03 | Gestão de Redes Públicas e Cooperação | 30 |
| 04 | Gestão Democrática e Participativa | 30 |
| 05 | Gestão Logística | 30 |
| 06 | Elaboração e Avaliação de Projetos | 30 |
| 07 | Processos Administrativos | 30 |
| | TOTAL DE HORAS DO MÓDULO | 210 |

Nome da Disciplina: Plano Diretor e Gestão Urbana

Ementa: A grande maioria dos municípios brasileiros vê-se face ao desafio de elaborar ou implementar seu plano diretor, estabelecido, pela Constituição Federal de 1988, como “*instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*” do município. Esta nova atribuição exige, inicialmente, uma adequada análise da formação e da realidade atual do município, inserido no processo de urbanização brasileiro. Exige também o conhecimento dos novos marcos legais e instrumentos disponíveis para planejar e gerir seu território, que têm por fundamento o “Direito à Cidade”. A partir destes fundamentos levar o aluno a refletir sobre papel do planejamento e da gestão pública na produção da cidade, a avaliar a própria prática e o Plano Diretor do seu município (se existente) quanto ao seu potencial de

transformar positivamente a realidade. Finalmente desenvolver o conhecimento dos procedimentos no campo da organização e gestão municipal para implementar o Plano Diretor Participativo. **Bibliografia Básica:**

MARICATO, Ermínia. Brasil, Cidades: **alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Ed. Vozes 2008

PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008

RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L.(orgs). **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

ROLNIK, Raquel et alii. **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2a edição. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: *Editora Brasiliense*, Coleção “Primeiros Passos”, 1988.

ROLNIK, Raquel e PINHEIRO, Otilie (orgs). **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

Bibliografia Complementar:

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade**: quem ganhou? Quem perdeu? Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005

FERNANDES, Edésio e VALENÇA, Márcio Morais(orgs). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004

GONDIM, Linda (org.). **Plano diretor e o município**: *novos tempos, novas práticas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1990

PORTELA Eulália; Andréa Mendes e outros. **Planos diretores urbanos**: *limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana*. In: Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD Rom)

MATTOS, Liana Portilho. **Estatuto da Cidade Comentado**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo . São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997. v. 1.

ROLNIK, Raquel, CYMBALISTA Renato e NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo:

Pólis (<http://www.polis.org.br>)

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, 1999.

Nome da Disciplina: Gestão Tributária

Ementa: Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processos administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

Bibliografia:

BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, Fábio Junqueira, MURGEL, Maria Isabel. **Mini reforma tributária**: Reflexões Sobre a lei nº 10.637/2002. 1 ed. São Paulo: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas.

FABRETTI, L. C. **Prática tributaria da micro e pequena empresa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal**: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Ely Lopes. **Direito municipal brasileiro**, 6 ed., São Paulo: Malheiros, 1993.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas não tributárias**: Taxas e Preços Públicos. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

PAULSEN, Leandro. **Impostos**: Federais, Estaduais e Municipais. 1 ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.

TÔRRES, Heleno Taveira (coordenador). **Leis complementares em matéria tributária**. São

Paulo: Manole, 2003.

Nome da Disciplina: Gestão de Redes Públicas e Cooperação

Ementa: Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões, PPPs, Consórcios.

Bibliografia:

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G.(ed.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, p. 397-429 1992.

CASSIOLATO, J.E. ; LASTRES, H.M.M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28 setembro de 2.001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E. & SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, v.28, n. 3, p. 62-73, spring, 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Nome da Disciplina: Gestão Democrática e Participativa

Ementa: Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção / participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e

Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Bibliografia:

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: *Dados*, v.50, n.3, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública**, v.14 n.1 Campinas jun. 2008.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol.15, n. 4. Cartilha do Orçamento – ENAP

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E. AZEVEDO, S. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior In: *Revista de Sociologia e Política* . v.16 n.30 Curitiba jun. 2008

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). 2003. Democratizar a democracia - Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol.18, no.2, SãoPaulo, Apr./June 2004.

Souza, Celina (2001). Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, Dez 2001, vol.15, nº 4, pp. 84-97.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas ? *Opinião Pública*, V.14 n.1 Campinas jun. 2008.

Nome da Disciplina: Gestão Logística

Ementa: Introdução a Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da

Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Bibliografia Básica:

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial** – o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996;

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, J. S. de. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.

ARAÚJO, J. S. de. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados**: Administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial** – São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BRASIL. **Lei de Licitações 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BRASIL. **Lei 101/2000 de Responsabilidade Fiscal (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: Um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Nome da Disciplina: Elaboração e Avaliação de Projetos

Ementa: O papel do município no desenvolvimento local. Conteúdo de um projeto. Estudo de demanda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Tomada de decisão de investimentos. Captação de recursos. Gestão de projetos: planejamento do projeto; escopo do projeto; definição de tempo e recursos; gestão da qualidade; gestão da equipe; controle e avaliação; relatório final.

Bibliografia:

ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. **Guia de gerenciamento no setor público**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Enap, 2001. Capítulo 11: Sistema de pilotagem e painel de controle

BROSE, Markus. **Introdução à moderação e ao método ZOPP**. Recife: GTZ, 1993.

BUARQUE, Cristovam. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. Ed. Petropolis-RJ: Vozes, 2001.

DROR, Yehezkel. **A Capacidade para governar**: informe ao Clube de Roma. São Paulo, Edições Fundap.

GTZ. **Planejamento de projeto orientado por objetivos**: método ZOPP. Recife: GTZ/Sudene/ IICA, 1993.

HUERTAS, Franco. **O método PES**: entrevista com Matus. São Paulo: Fundap, 1996.

INOJOSA, R. M. Intersectorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.32, n. 2, p. 35-48, Mar/Abr,1998.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARCOVITCH, Jacques; RADOSEVICH, Raymond. Planejamento estratégico nas organizações estruturadas por projeto. **Revista de Administração**, FEA/USP, vol. 13, n. 2, , p. 24-39, Abr/Jun, 1978.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**. São Paulo, Edições Fundap. 1996.

MATUS, Carlos. **Estratégias políticas**: chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. São Paulo, Fundap, p. 294, 1996

MELNICK, Julio. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico** (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

MOTTA, Paulo Roberto. Gerenciando o futuro: a conquista da visão estratégica. In: **Gestão**

contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1991.

PFEIFFER, Peter, **O quadro lógico:** um método para planejar e gerenciar mudanças.

Disponível em: www.pmir.org/PMI21_PMBOK.htm Acesso em 2/2/2009

POMERANZ, Lenina. **Elaboração e análise de projetos.** São Paulo: Hacitec, 1985.

RUAS, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas:** conceitos Básicos. Mimeo. 1999.

Nome da Disciplina: Processos Administrativos

Ementa: Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

Bibliografia:

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes:** estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995;

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo:** integrando teoria e prática. São Paulo, Atlas 1981.

HARVARD B. R. **Processo decisório:** os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2008;

MORGAN, G. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 1996.

NADLER, D. **Arquitetura organizacional:** a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

ROBBINS, S. P. **Administração:** mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005;

RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. **Melhores desempenhos das organizações:** uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.